

INTRODUÇÃO

Considerar a dimensão ambiental no desenvolvimento tornou-se uma das necessidades básicas do planejamento tanto governamental como privado, associada à importância de acompanhar a tendência mundial que incorpora às propostas de desenvolvimento o desafio do desenvolvimento sustentado. Outra dificuldade comumente observada é quanto à necessidade de medição desses indicadores.

O IBGE publicou, nos anos de 2002 e 2004, os *Indicadores de Desenvolvimento Sustentado - Brasil*, que constituíram importantes trabalhos, como referenciais para a concretização da estruturação das informações do País para a elaboração de Indicadores de Desenvolvimento Sustentado (IDS).

Os indicadores que constam nas publicações do IBGE seguem, de maneira geral, o método proposto pelo Conselho de Desenvolvimento Sustentado (CSD), das Nações Unidas, que resultou, na publicação de 2002, em 50 indicadores, e, na publicação de 2004, em 59 indicadores. Estes indicadores contemplam as dimensões ambiental, social, econômica e institucional. O método adotado pelo IBGE (2002; 2004) sugere que esses indicadores sejam produzidos de forma que constituam um grupo de indicadores, ou seja, um *sistema de indicadores* que devem ser analisados separadamente, mas em que o conjunto, ou ainda a associação de alguns desses indicadores, contemple a possibilidade de sua utilização em diagnósticos, zoneamentos e programas de desenvolvimento sustentado.

O Estado do Paraná é um território onde os interesses ambientais são enormes, inicialmente como decorrência da intensa exploração e uso de seus recursos naturais, e também da necessidade de preservação e perpetuação dos seus ecossistemas, o que demanda avaliação e monitoramento permanente do processo de uso do território e da sua conservação.

O objetivo principal deste trabalho é estruturar um Sistema de Indicadores que possa gerar uma ferramenta constituída de uma ou mais variáveis que, a partir de uma seleção de dados, permitam retratar ou representar, de forma sistemática, os fenômenos a que se referem, tendo como marco ordenador a integração dos processos ambientais aos socioeconômicos.

Para a construção de um sistema de indicadores ambientais para o Estado adotou-se, neste projeto, o método proposto pelo CSD das Nações Unidas (2001) e usado pelo IBGE (2002), que organiza os indicadores por dimensões e temas. A abordagem das dimensões e temas permite que os indicadores elencados possam ser comparados ao longo do tempo e no espaço, mesmo que haja temas que não sejam contemplados de maneira integral devido à ausência de dados.

Nesse contexto, as dimensões propostas para este trabalho são as que se seguem.

A **dimensão ambiental** diz respeito ao uso dos recursos naturais e à degradação e conservação do ambiente. Os temas propostos incorporam as características dos ambientes terrestres e recursos hídricos.

A **dimensão socioeconômica** corresponde aos temas ligados à qualidade de vida. Os temas incluídos são: saúde, infra-estrutura, habitação e aglomerados urbanos. Sempre que possível, vinculadas a essa dimensão socioeconômica constroem-se **tendências e situações emergentes** que possam indicar mudanças nas pressões sobre os recursos naturais, seja de origem do setor privado, como a demanda por terras para novas culturas, seja do Estado, como o incentivo e a regulação dessas situações.

Esse esforço em elaborar, selecionar e publicar indicadores que possam demonstrar alterações no acervo natural do Estado é também uma contribuição inicial para a criação de um modelo sistemático de produção de dados estatísticos ambientais. Assim, espera-se, no médio e longo prazos, a disponibilização de um instrumento de planejamento e gestão para subsidiar: a) ações de controle e proteção de determinadas áreas, ecossistemas, recursos e atividades ligadas ao ambiente; b) normas e políticas de ordenamento territorial; e c) apoio ao desenvolvimento sustentado no Estado do Paraná.